



5d

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

HABEAS CORPUS Nº 0332101-5

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO/PE

IMPETRANTE: RAPHAEL TAURINO DOS PASSOS

PACIENTE: FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. **HABEAS CORPUS**. ESTELIONATO E FORMAÇÃO DE QUADRILHA PARA LEVANTAMENTO DE EMPRÉSTIMOS FRAUDULENTOS, TENDO COMO VÍTIMAS APOSENTADOS DO INSS. PEDIDO DE EXTENSÃO EM RELAÇÃO A CORRÉU. SITUAÇÃO FÁTICA-PROCESSUAL DIFERENTES DO PACIENTE E DO CORRÉU. IMPOSSIBILIDADE. DENEGACÃO DA ORDEM. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos *habeas corpus* de n.º **0332101-5** em que figuram como partes as acima referidas, acordam os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na sessão do dia / / 2014, **por unanimidade, EM DENEGAR A ORDEM**, tudo conforme consta do relatório e do voto digitado anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 13 de maio de 2014.



52

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0332101-5

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO/PE

IMPETRANTE: RAPHAEL TAURINO DOS PASSOS

PACIENTE: FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

RELATÓRIO

Trata-se de *habeas corpus* liberatório impetrado em favor de **FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA DE LIMA**, preso em 20/03/2014 pela suposta prática do crime previsto no art. 171 c/c 288, ambos do Código Penal, objetivando, em sede de liminar e no mérito, a **extensão do benefício de liberdade provisória concedida ao corréu**, Erivaldo Dionísio da Silva, com a conseguinte expedição de alvará de soltura em favor do paciente.

Consta dos autos que o paciente, fora denunciado, juntamente com outras 03 pessoas, por praticarem diversas condutas, na cidade de Limoeiro, em que obtiveram vantagem ilícita, em prejuízo alheio, cooptando segurados do INSS e iludindo-os de que solucionariam questões junto à Previdência Social, porém com o real intuito de obter dados documentais das vítimas para a concessão de empréstimos bancários em nome destas, de forma fraudulenta.

O impetrante, para justificar a sua pretensão, apóia-se, em síntese, na alegação de que as prisões preventivas do corréu Erivaldo Dionísio da Silva e do paciente "foram idênticas", de modo que, ao seu ver, este também faz juz à liberdade concedida àquele por meio do *habeas corpus* 327466-8.

A liminar foi indeferida em 04/04/2014, através da decisão de fls. 16.

Informações prestadas pelo Juiz de primeiro grau por meio do ofício de fls. 21/24, acompanhadas das peças informativas de fls. 25/41.

A Douta Procuradora de Justiça, Yélena de Fátima Monteiro Araújo, por parecer de fls. 45/47, opinou pela denegação da ordem.

É o Relatório.

Recife, 13 de MAIO de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto
Relator



43

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

1ª CÂMARA CRIMINAL

HABEAS CORPUS Nº 0332101-5

AUTORIDADE COATORA: JUÍZO DA 1ª VARA DA COMARCA DE LIMOEIRO/PE

IMPETRANTE: RAPHAEL TAURINO DOS PASSOS

PACIENTE: FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA DE LIMA

RELATOR: DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO

PROCURADOR DE JUSTIÇA: YÉLENA DE FÁTIMA MONTEIRO ARAÚJO

VOTO

Conforme consignado no relatório, o presente writ impetrado em favor de **FLÁVIO ANDRÉ PEREIRA DE LIMA objetiva a extensão do benefício da liberdade concedido ao corréu**, Erivaldo Dionízio da Silva por meio do habeas corpus 327466-8, com a conseguinte expedição do alvará de soltura em favor do paciente.

Em síntese, o impetrante alega o direito à extensão de tal benefício sob o argumento de "serem idênticas as prisões preventivas do paciente e do corréu".

Consta dos autos que o paciente em comunhão de esforços e vontades com Erivaldo Dionízio da Silva, Larissa Izabel de Araújo da Silva e Anna Karinna de Fontes praticara diversas condutas que objetivavam vantagem ilícita, em prejuízo alheio, cooptando segurados do INSS e iludindo-os de que solucionariam questões junto à Previdência Social, porém com o real intuito de obter dados documentais das vítimas para a concessão de empréstimos bancários fraudulentos em nome destas.

Em razão de tal fato, o ora paciente fora, juntamente com as outras 03 pessoas, denunciado pela **prática do delito de estelionato c/c formação de quadrilha (arts. 171 c/c 288, ambos do CPB)**, tendo sido decretada a sua prisão preventiva em 23/01/2014, porém só efetivada em 20/03/14, em virtude do paciente ter se evadido do distrito da culpa.

Em informações de fls.23, sustenta o juízo *a quo* que a decisão que decretou a prisão preventiva do Paciente teve por base, a garantia da ordem pública, em face da reiteração criminosa da conduta, pois o mesmo responde a outros processos de tipificação penal análoga, **além da periculosidade do agente e da gravidade do delito**.

Aduz, ainda, que o Paciente já teve pedido de revogação da prisão preventiva indeferido em face da inexistência de fato novo que tenha alterado as circunstâncias consideradas quando do decreto de prisão.

Por fim, ressalta o juiz de piso que a prisão cautelar do corréu, Erivaldo Dionízio da Silva, deu-se de forma diferente, visto que este se



54

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Gabinete Desembargador Odilon de Oliveira Neto

Rua do Brum, nº 123, 3º Andar, Bairro do Recife – Recife/PE. CEP: 50030-260

Fones: 31819508/9509/9510/9511/9512

apresentou espontaneamente após o decreto prisional e detém a qualidade de primário. **Já o ora Paciente encontrava-se foragido, tendo sido capturado em outro Estado (Paraíba), após quase dois meses do decreto prisional.**

Da análise dos autos, verifica-se que **não assiste razão ao impetrante.**

Observando-se os termos da decisão que revogou a prisão do corréu do paciente, constata-se que o embasamento para a soltura diz respeito a condições pessoais e processuais favoráveis ao acusado, o que não podem ser aplicadas ao paciente.

É o que se verifica da decisão exarada em 18/03/2014 em relação ao corréu no HC 327466-8:

[...] Nos presentes autos, não vislumbro que o paciente possa transgredir a ordem pública ou a conveniência da instrução criminal, tendo em vista que o mesmo sempre cooperou com o prosseguimento do feito criminal, tanto é que além de comprovar residência fixa e bons antecedentes, o ora paciente apresentou-se espontaneamente à autoridade policial após ciência da decretação de prisão, comprovando sua vontade de contribuir com o deslinde do caso [...] Sem mais delonga, concedo a ordem do presente writ, impondo ainda a aplicação das medidas cautelares que passo a expor [...]

Ressalte-se que o corréu no HC supracitado, Erivaldo Dionízio da Silva, apresentou-se espontaneamente e não responde a nenhum processo, já o ora paciente, se evadiu da distrito de culpa, tendo sido capturado em outro Estado e ainda responde a outros processos pelo mesmo crime. Vê-se, portanto, que a situação fático-processual dos indiciados é distinta, não cabendo a extensão do benefício concedido ao corréu.

Pelo exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 13 de Maio de 2014.

Des. Odilon de Oliveira Neto

Relator